

OFÍCIO Nº 1539/2022/ASPAR/GM

Brasília, 04 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Luciano Bivar**
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação 367/2022, de autoria da Comissão de
Fiscalização Financeira e Controle.

Senhor Secretário,

1. Reporto-me ao Ofício 1ª. Sec/RI/E/nº 835/22, de 14 de junho de 2022, referente ao Requerimento de Informação nº 367/2022, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que solicita informações a partir de texto noticioso na Folha de São Paulo, sugerindo, equivocadamente, que o governo “derruba investimento em infraestrutura e afugenta estrangeiros”.

2. Inicialmente, os atos e fatos na área de competência deste Ministério da Infraestrutura demonstram, contundentemente, que temos ampliado os investimentos nas infraestruturas de logística e de mobilidade federais, buscando atrair, cada vez mais, o capital privado nacional e internacional, ao contrário dos enganos postos no texto supramencionado.

3. A despeito da realidade do orçamento público e da necessidade de atender os compromissos fiscais do país, contratamos, nos últimos 3 anos e seis meses, por meio de concessões e arrendamentos, R\$ 100 bilhões em recursos para ampliar e qualificar as infraestruturas portuárias, rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias, em total de 84 ativos viabilizados.

4. Sabemos todos que no Brasil de hoje é irreal falar-se em investimento em infraestrutura exclusivamente via recursos da União. O orçamento público é escasso, com 92,6% do gasto obrigatório e vinculado. Somente por meio de parcerias privadas e de regulação moderna e efetiva poderemos superar gargalos históricos, reduzir custos logísticos e tornar nossa economia mais competitiva. Não podemos retroceder ao insistir numa visão de Estado gastador e ineficiente, que deixa como legado déficits e obras inacabadas, como vimos em governos recentes.

5. Sabemos também que a imprudência fiscal do passado cobra até hoje o seu preço. Precisamos viabilizar com urgência a expansão da infraestrutura e o equilíbrio da nossa matriz de transportes. E estamos fazendo isso, momentaneamente, com capital privado. Chegaremos ao final de 2022 com R\$ 200 bilhões de investimentos contratados. Isso é 25 vezes maior que o orçamento atual do MInfra. Para evidenciar a importância e a robustez da carteira de projetos do MInfra, encaminhamos anexo relatório dos Projetos de Parceria atualizado até 10 de junho de 2022, com todas as informações sobre a carteira de projetos de concessões e arrendamentos deste Ministério.

6. Aos ativos concedidos e arrendados também podemos somar os investimentos em ativos privados autorizados desde 2019, como terminais portuários e ferrovias: R\$ 32 bi em 138 contratos de adesão de novos Terminais de Uso Privado e R\$ 133 bi em 27 contratos de adesão de ferrovias autorizadas, respectivamente.

7. Destacamos, ademais, que foi com o protagonismo deste nobre Parlamento, na atual legislatura, inclusive, que avançamos no ambiente *pro business* no setor. Isso foi feito a partir da modernização de marcos legais, promovendo desconcentração e abertura de mercados, com desburocratização e redução de custos para os cidadãos. Hoje o Brasil tem vantagens competitivas em relação a países concorrentes na oferta de ativos de infraestrutura. Talvez a principal delas seja a previsibilidade e a segurança jurídica no setor, razão pela qual investidores nacionais e estrangeiros investem no Brasil.

8. Em que pese certo pessimismo embutido nas alegações trazidas na justificação do supracitado requerimento de informações, fundamentada na referida matéria da Folha de São Paulo, os últimos cinco anos são marcados pelo amadurecimento do ambiente de negócios para os projetos de infraestrutura de transportes, que experimentaram aumento significativo no volume de investimentos programados, conforme os novos contratos de parceria celebrados neste período, que têm garantido, como dissemos, valores vultosos para os próximos anos, espalhando canteiros de obras por todo o país.

9. Assim porque é equivocada a fala de que estrangeiros estão sendo afastados. Ao contrário é a verdade dos fatos: mais e mais estrangeiros têm contratado com o Brasil. Ressaltamos que, desde outubro de 2020, uma centena de fornecedores estrangeiros se cadastraram no Painel de Empresas Estrangeiras do Ministério da Economia e dezenas já concorreram em processos licitatórios no Brasil, o que evidencia o interesse dessas pessoas jurídicas em investir no país.

10. O capital estrangeiro pode ser visto em diversas empresas dos setores de infraestrutura de transportes, por exemplo: APM Terminals (Maersk), da Dinamarca; Yilport, da Turquia; China Merchants Port, da China; ICTSI, das Filipinas; DEME, da Bélgica; DP World, dos Emirados Árabes Unidos; Oman Investment Authority, de Omã; Goldman Sachs e Morgan Stanley, dos Estados Unidos; além de Terminal Link, CMA CGM, cuja composição é 51% da francesa CMA CGM e 49% da chinesa China Merchants Port Holdings. Empresas europeias como Vinci, Zurich, Fraport e Aena já estão presentes na operação de aeroportos brasileiros. Em relação à 7ª rodada de Aeroportos, que se avizinha, operadores da França, Espanha, Suíça, Alemanha, Catar e Argentina têm acompanhado o andamento dos projetos.

ANEXO DA INFRAESTRUTURA

11. Ademais, diversas empresas brasileiras que atuam na área da infraestrutura têm capital estrangeiro em sua composição – como a EcoRodovias, que venceu recentemente os leilões rodoviários da BR-364/365/MG/GO e BR-153/414/080, ocorridos em 2019 e 2021, respectivamente. No setor ferroviário, temos Rumo, de capital mormente americano, VLI de capital japonês, Bamin, de capital cazaque e Grão-Pará, português.

12. Finalmente, não faz sentido afirmar que o Governo estaria diminuindo o orçamento para investimento em infraestrutura. Sabemos que o Poder Executivo, dentro das limitações compulsórias do teto de gastos e das despesas vinculadas, faz a proposta de orçamento, consignando todas as suas necessidades, inclusive as de investimento, que é submetida à aprovação do Congresso Nacional. O Congresso, por sinal, tem auxiliado na composição do orçamento deste Ministério por meio da destinação de emendas, que serão sempre bem-vindas. Aliás, em termos de execução orçamentária, temos executado o orçamento com robusta eficiência, em 2021 empenhamos 99,97% dos recursos aprovados pelo Congresso Nacional.

Anexos: I - Relatório Público de Projetos de Parceria - 2022 (SEI nº 5803196).

Atenciosamente,


BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Ministro de Estado da Infraestrutura - Substituto